REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR - *PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA*

Art. 3º-A da Portaria MPS N° 519/2011, de 24/08/2013, alterado pela Portaria MPS N°440, de 09/10/13 e demais legislações posteriores.

ATA Nº 009/2026 – REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 16 de junho de 2026.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h00min, na sede da Paranaguá Previdência, situada na Avenida Gabriel de Lara, nº 1307, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, Srs. Alessandro Lenzi da Rocha, Luciana Martins Camargo, Maurício dos P. Coutinho, Tânia Regina da Silva, Carlos Eduardo Ferla Corrêa, Cláudio Roberto Mariano e O Diretor Sidnei França dos Santos. Participaram também da reunião o Diretor-Presidente da Autarquia, Sr. Ali El Kadri, e o consultor de investimentos da AMX Capital Consultoria, Sr. Eliezer Silva. Após a leitura da ata da reunião anterior, o documento foi aprovado por unanimidade, sem ressalvas.

Dando início aos trabalhos, O Diretor Sidnei França apresentou o resultado consolidado da carteira de investimentos referente ao mês de maio de 2026, informando que todos os extratos bancários já haviam sido conciliados e que restavam apenas os procedimentos finais para encerramento contábil do período. Destacou que o patrimônio da Paranaguá Previdência permaneceu próximo de R$ 1.140.500.406,32 (Um bilhão, cento e quarenta milhões, quinhentos mil, quatrocentos e seis reais e trinta e dois centavos), e que a carteira registrou resultado positivo de aproximadamente R$ 3.043.573,15 (Três milhões, quarenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e quinze centavos), embora tenha sido o menor desempenho mensal observado em 2026.

Na sequência, o consultor Eliezer Silva explicou que o resultado refletiu principalmente a volatilidade observada no mercado durante maio. Comentou que a queda da bolsa afetou praticamente todos os fundos de renda variável e que os títulos públicos marcados a mercado também sofreram oscilações em razão das movimentações das taxas de juros. Apesar disso, destacou que a carteira da Paranaguá Previdência permanece predominantemente alocada em renda fixa, característica que continua contribuindo para preservar o patrimônio do Instituto mesmo em momentos de maior instabilidade dos mercados. O consultor apresentou o desempenho dos diversos segmentos da carteira e chamou atenção para os resultados obtidos pelos fundos de crédito privado e multimercados, citando como destaques o Fundo Rio Bravo Proteção Dinâmico, o Fundo Principal Crédito Privado, o Rio Bravo Crédito Privado e o 4UM Crédito Privado. Comentou que esses fundos apresentaram desempenho superior ao restante da carteira e ajudaram a compensar parte das oscilações verificadas em outros segmentos de investimento.

Em seguida, o diretor Sidnei França apresentou os investimentos que tiveram os piores resultados no período, destacando que praticamente todos os fundos de renda variável acompanharam o movimento de queda do mercado acionário. Comentou ainda que o Fundo de Investimento Imobiliário CARE11 voltou a registrar forte desvalorização durante o mês, permanecendo como o ativo de pior desempenho da carteira e exigindo acompanhamento permanente por parte do Comitê. O diretor apresentou ainda o comparativo entre a rentabilidade da carteira e a meta atuarial. Explicou que, embora o resultado de maio tenha ficado abaixo da meta prevista para o mês, o desempenho acumulado do exercício permanecia positivo e, na análise dos últimos doze meses, continuava superior à meta atuarial, demonstrando que a estratégia adotada pelo Instituto permanece adequada para os objetivos de longo prazo do RPPS. Os membros concordaram que a avaliação da carteira deve considerar períodos mais amplos, evitando decisões motivadas apenas por oscilações momentâneas do mercado.

Passando ao próximo assunto da pauta, o diretor financeiro apresentou o novo modelo do relatório resumido de investimentos que será divulgado mensalmente no portal da Paranaguá Previdência. Explicou que foram incluídas novas informações sobre os fundos e indicadores de desempenho, buscando ampliar a transparência das informações disponibilizadas aos segurados. Durante a análise do material, o presidente do comitê, Alessandro Lenzi observou que a quantidade de informações acabou tornando o

documento mais carregado visualmente. Após discussão, os membros sugeriram pequenos ajustes na diagramação para facilitar a leitura, mantendo o compromisso da Autarquia com a transparência das informações divulgadas.

Ainda sobre esse tema, o membro do comitê, Maurício Coutinho comentou que resultados negativos podem gerar interpretações equivocadas por parte dos segurados quando apresentados sem contexto. Após debate, o Comitê entendeu que os relatórios devem continuar sendo divulgados de forma transparente, evitando apenas inserir observações que possam limitar futuras decisões do Comitê ou gerar interpretações inadequadas sobre o comportamento da carteira de investimentos.

Dando continuidade nas pautas, o consultor Eliezer Silva apresentou aos membros as informações mais recentes do Fundo de Investimento Imobiliário **Brazilian Graveyard and Death Care Services – CARE11**, utilizando os dados disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Durante a apresentação, destacou a redução do número de cotistas em relação aos relatórios anteriores e comentou algumas alterações verificadas nas informações divulgadas pela administradora do Fundo. Os membros entenderam que essas mudanças merecem acompanhamento permanente e reforçaram a importância de manter contato frequente com a administradora, o gestor e os demais RPPS investidores para obtenção de esclarecimentos sempre que necessário. Ainda sobre o CARE11, o consultor comentou os principais números do patrimônio do Fundo, destacando a necessidade de acompanhar continuamente o Fundo, em relação à evolução das contas a receber, dos ativos imobiliários e das perspectivas de geração de receitas, uma vez que esses fatores influenciam diretamente o valor patrimonial das cotas; e sugeriu levantar todas essas informações junto ao administrator e gestor do fundo. O Comitê concordou que essas informações continuarão sendo monitoradas para subsidiar futuras decisões relacionadas ao investimento.

Em seguida, o diretor Sidnei França apresentou o Ofício elaborado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cascavel – IPMC, construído em conjunto com diversos RPPS investidores do CARE11. Explicou que o documento reúne propostas para a próxima Assembleia Geral de Cotistas, buscando ampliar a participação dos investidores nas decisões e fortalecer a governança do Fundo. O conselheiro Alessandro Lenzi destacou que a Paranaguá Previdência permanece participando ativamente desse grupo de trabalho e continuará acompanhando as tratativas até a realização da Assembleia.

Prosseguindo no tema, o diretor Sidnei França atualizou o Comitê sobre o andamento das negociações entre os RPPS investidores, a administradora e o gestor do Fundo. Informou que algumas propostas encaminhadas pelos cotistas já receberam retorno e que diversos pontos começaram a convergir, embora ainda existam definições pendentes que deverão ser apreciadas na Assembleia Geral. Os membros entenderam que a atuação conjunta dos RPPS vem fortalecendo a posição dos investidores e contribuindo para uma análise mais consistente das alternativas em discussão.

Durante esse debate, o consultor Eliezer Silva comentou que alguns RPPS optaram por vender suas cotas no mercado secundário, enquanto outros preferiram permanecer no Fundo aguardando os desdobramentos das negociações. Após a troca de ideias, o Comitê reafirmou que a Paranaguá Previdência continuará tomando suas decisões com base em critérios técnicos, jurídicos e financeiros, avaliando cada cenário conforme sua evolução e preservando os interesses do Instituto.

Ainda nesse contexto, o diretor Sidnei França relembrou o antigo investimento realizado no Banco Máxima, em 2012, observando que experiências como essa reforçam a importância da análise criteriosa de investimentos estruturados e da adoção de medidas de diligência antes de qualquer decisão. Os membros concordaram que as situações enfrentadas ao longo dos últimos anos contribuíram para o aperfeiçoamento dos procedimentos de governança atualmente adotados pelo Comitê.

Encerradas as discussões sobre os fundos estruturados, o consultor Eliezer Silva iniciou uma apresentação sobre as alternativas de alocação em títulos públicos federais. Explicou que o atual cenário econômico favorece a ampliação dos estudos voltados aos títulos contabilizados pela metodologia da marcação na curva, estratégia que poderá reduzir a volatilidade da carteira e proporcionar maior previsibilidade no cumprimento da meta atuarial. Reforçou ainda que, a ampliação gradual das aplicações em títulos públicos marcados na curva está alinhada à estratégia que o Comitê vem discutindo desde o ano passado, principalmente com o objetivo de reduzir a volatilidade da carteira e dar maior previsibilidade ao cumprimento da meta atuarial. O diretor Sidnei França lembrou que esse tema já vem sendo discutido

pelo Comitê há vários meses e informou que Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banrisul passaram a apresentar fundos denominados 'Vértices' e outras soluções específicas para os RPPS. Diante dessas informações, os membros concordaram em dar continuidade aos estudos antes de qualquer decisão de investimento. O diretor acrescentou que essa mudança não representa alteração da Política de Investimentos, mas um aperfeiçoamento da gestão diante do cenário atual de juros, destacando que a implementação dependerá da conclusão do credenciamento das instituições financeiras, além da definição dos custodiantes e da operacionalização das negociações junto à B3, através da ferramenta TradeMate.

Em seguida, o diretor Sidnei informou que continuam os trabalhos para atualização do Edital de Credenciamento das Instituições Financeiras, contemplando as exigências da Resolução CMN nº 5.272/2025 e os procedimentos necessários para operações com títulos públicos. Os membros concordaram que essa atualização permitirá ampliar as alternativas de investimento da Paranaguá Previdência e dará mais agilidade às futuras decisões do Comitê.

Prosseguindo as pautas, o diretor Sidnei França apresentou uma atualização sobre o Fundo de Investimento Imobiliário Osasco Properties FII, informando os desdobramentos das diligências realizadas pela Paranaguá Previdência, bem como o acompanhamento dos processos em trâmite junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Comentou que as visitas técnicas realizadas ao gestor e administrador permitiram compreender melhor a situação do Fundo e produzir informações que servirão de base para as próximas deliberações do Comitê. Os membros concordaram em manter o acompanhamento permanente desse investimento e dar continuidade às medidas já adotadas pela Autarquia.

Na sequência, a conselheira Luciana Martins Camargo informou aos demais membros que foi convocada pelo Ministério Público para prestar esclarecimentos, na condição de testemunha, sobre fatos relacionados ao antigo investimento realizado no Banco Máxima, em 2012. O assunto foi comentado pelos participantes, que reafirmaram o compromisso da Paranaguá Previdência em colaborar com todos os órgãos de fiscalização e controle, colocando à disposição as informações e documentos que forem solicitados.

Nos debates finais, o consultor Eliezer Silva voltou a destacar que o atual cenário econômico ainda recomenda cautela nas novas alocações e reforçou que a utilização gradual de títulos públicos marcados na curva poderá contribuir para reduzir a volatilidade da carteira sem comprometer os objetivos da Política de Investimentos.

Em seguida, o diretor Sidnei França apresentou o cronograma das próximas atividades do Comitê, destacando a visita técnica da Gestora 4UM Investimentos, prevista para o dia 22 de junho de 2026, e a reunião técnica com a Caixa Asset, agendada para 08 de julho de 2026. Explicou que ambas as agendas têm como objetivo aprofundar os estudos sobre títulos públicos, fundos vértice e demais alternativas de investimento disponíveis aos RPPS, permitindo que futuras decisões sejam tomadas com base em análises cada vez mais consistentes.

Antes do encerramento, o conselheiro Alessandro Lenzi ressaltou a importância de manter organizados todos os documentos relacionados aos investimentos que vêm sendo acompanhados pelo Comitê, especialmente os Fundos **CARE11** e **Osasco Properties**. Destacou que atas, pareceres, relatórios de diligência, visitas técnicas, ofícios e demais documentos produzidos pela Paranaguá Previdência constituem importante histórico das providências adotadas pelo Instituto e demonstram a atuação diligente da gestão perante os órgãos de fiscalização e controle. Os membros concordaram com a necessidade de manter esse acervo permanentemente atualizado.

Por fim, o diretor financeiro destacou o dever de todos os envolvidos na continuidade da gestão dos investimentos com foco na segurança, prudência, transparência, diversificação e preservação do patrimônio previdenciário.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15h50min, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Presidente:	Vice-Presidente Titular:	Membro Titular:
Alessandro Lenzi da Rocha CPF: 830.137.849-20 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Luciana Martins Camargo** CPF: 021.892.689-82 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 07/12/2027	**Maurício dos P. Coutinho** CPF: 885.818.709-10 Certificação CP RPPS DIRIG I Validade: 18/12/2028
Membro Titular:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Tânia Regina da Silva CPF: 885.840.549-87 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Carlos Eduardo Ferla Corrêa** CPF: 007.830.789-94 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 17/07/2028	**Cláudio Roberto Mariano** CPF: 029.859.389-02 Certificação CP RPPS CODEL I Validade: 15/10/2027
Gestor Financeiro: **Sidnei França dos Santos** CPF: 911.001.949-91 CPA-10 ANBIMA – 14/09/2026 CP RPPS CGINV II - 05/09/2027		

** A ata eletrônica é cópia fiel da ata impressa, que pode ser conferida junto ao Gestor Financeiro do RPPS.*

De Acordo:

_____

Ali El Kadri
Diretor Presidente
Paranaguá Previdência